CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
1ª Sessão Plenário Virtual Extraordinária de 2022

Dia: 12/07/2022
Horário: das 9 às 19 horas

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Proposição n° 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5° ao art. 1°, da Resolução CNMP n° 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

2) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP n° 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

3) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00214/2020-46
Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho (Pedido de Vista feito na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021).

4) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98

Requerente:	Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa
Advogados:	Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA 8.546 Thales Dyego de andrade Coelho – OAB/MA 11.448-A
Requerido:	Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto:	Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.
Relator:	Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem:	Maranhão

5) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00471/2021-13

Requerente:	Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido:	Membro do Ministério Público Federal
Advogados:	Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF nº 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF nº 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF nº 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF nº 64376
Objeto:	Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.
Relator:	Cons. Moacyr Rey Filho
Origem:	Distrito Federal

6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00478/2021-07 (Embargos de Declaração)

Embargante:	Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério público da União e do Conselho Nacinal do Ministério Público
Embargado:	Procuradoria Geral da Repúblicia
Advogado:	Fábio Fontes Estillac Gomez
Objeto:	Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Portaria PGR/MPU n. 29/2021. Assistência médico-hospitalar do Membro do MPU proporcionada pela União por meio do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União - Plan-Assiste. Garantia a Membros de ressarcimento individual, na forma de indenização, dos gastos com contribuição e custeio do Plan-Assiste. Descumprimento da Resolução n. 223/2020 CNMP. Omissão quanto à regulamentação relativa a servidores. Violação dos princípios da igualdade, legalidade e razoabilidade. Pedido de liminar.
Relator:	Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem:	Distrito Federal

7) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n° 1.01291/2021-68 (Embargos de Declaração)

Embargante:	Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Advogado:	Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208
Embargado:	Ministério Público Federal
Objeto:	Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.
Relator:	Cons. Engels Augusto Muniz
Origem:	Distrito Federal

8) Conflito de Atribuições n° 1.00051/2022-72

Requerente:	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido:	Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto:	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator:	Cons. Moacyr Rey Filho
Origem:	Santa Catarina
Vista:	Cons. Daniel Carnio Costa (Pedido de Vista feito na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022).

9) Conflito de Atribuições n° 1.00053/2022-80

Requerente:	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido:	Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto:	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator:	Cons. Moacyr Rey Filho
Origem:	Santa Catarina
Vista:	Cons. Daniel Carnio Costa (Pedido de Vista feito na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022).

10) Proposição n° 1.00169/2022-91

Requerente:	Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto:	Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito à responsabilidade por vícios construtivos em imóvel objeto do programa “Minha Casa, Minha Vida”, quando a Caixa Econômica Federal atuar somente como agente financeiro.
Relator:	Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem:	Distrito Federal

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00184/2022-02 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério público da União e do Conselho Nacinal do Ministério Público
Embargado: Conselho Nacinal do Ministério Público
Advogados: Fábio Fontes Estillac Gomez
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Determinação para retirada do art. 4º, § 1º, inciso II do texto da Resolução CNMP nº 223/2020. Regulamentação do programa de assistência a saúde suplementar dos membros e servidores do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

12) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73
Requerente: Conselho Tutelar do Município de Porto Velho/RO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação nº 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rondoônia

13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00309/2022-95 (Recurso Interno)
Recorrente: Coracy José Oliveira da Fonseca
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Declaração de nulidade da decisão do Colégio de Procuradores do Estado de Alagoas nos autos da Reclamação Disciplinar SAJ/MP nº 10.2021.00002295-0. Negativa de provimento de recurso administrativo do requerente.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Alagoas

14) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n° 1.00441/2022-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Alessandro Batista Ranieri
Recorrido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Interessado: Felipe de Moura Palha e Silva
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Alegação de inércia de representante ministerial, referente a supostas irregularidades praticadas por Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará (COREN/PA). Inquérito Civil nº 1.23.000.000996/2020-55.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00473/2022-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação de Servidores do Ministério Público Federal
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Advogados: Fábio Fontes Estillac Gomez
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regularização de ato administrativo. art. 4º, § 1º, inciso II da Resolução CNMP nº 223/2020. Art. 4º da Portaria PGR/MPU nº 29/2021. Programa de assistência a saúde suplementar dos membros e servidores do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00498/2022-88
Requerente: Marcelo Auday de Pinho
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Pedido de aposentadoria por invalidez por parte de servidor ministerial. Não percepção de auxílio-alimentação após ato do Subprocurador do Estado do Amazonas. Pedido de anulação do ato.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Amazonas

17) Proposição n° 1.00535/2022-85
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do § 1º, do art. 149, do RICNMP.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

18) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00537/2022-92
Requerente: Donery dos Santos Amante
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Remoção de analistas jurídicos ministeriais. Ausência de justificativa legal. Vigência de concurso público para analista jurídico. Publicação de Resolução apenas após as remoções.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: São Paulo

19) Conflito de Atribuições n° 1.00546/2022-83
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 1.33.008.000246/2021-48. Apuração de danos ambientais provocados pela implantação de empreendimento imobiliário, em área localizada no bairro Santa Luzia, Município de Tijucas/SC, supostamente em Terreno de Marinha e em Reserva Legal.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina

20) Pedido de Providências n° 1.00552/2022-03

Requerente: Karina Motta dos Santos
Advogado: Wagner Dias Ferreira – OAB/MG n.º 62846
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regularização de ato administrativo. Indeferimento de Recurso. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 0027.21.001.617-9. Manifestação nº 471643022021-7. Apuração de irregularidades ocorridas no Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais

21) Conflito de Atribuições n° 1.00554/2022-10

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Promotoria de Justiça Angra dos Reis
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. ConflitCriminal do Tatuapé; Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Ao negativo de atribuição. Ofício GPGJ nº 0612. Processo nº 0001616-30.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232078). Processo nº 0001617-15.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232079). Processo nº 0001620-67.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232080). Processo nº 0001635-36.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232081). Apuração de possíveis crimes de estelionato contra vítima residente em Taubaté/SP. Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé/SP. Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis/RJ.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio de Janeiro

22) Pedido de Providências nº 1.00589/2022-22

Requerente: Fernando Adriano de Rezende
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de irregularidades diversas em tramitação de processo perante a Juizado Especial Criminal de Goiânia. Apuração de suposto caso de "bullying" e assédio moral. Procedimento nº 5630026-63.2019.8.09.0051. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. Alegação de prevaricação e condescendência criminosa por parte do Parquet estadual.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Goiânia

23) Conflito de Atribuição nº 1.00591/2022-38

Requerente: Procuradoria da República - São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.002210/2022-11. Procedimento nº 38.0694.0000160/2021-3. Apuração de possível ocorrência de crime previsto na Lei nº 9.613/98, tendo em vista os termos de Relatório de Inteligência Financeira nº 55155.7.145.9585 do COAF.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: São Paulo

24) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00600/2022-09

Requerente: Carlos Alberto Ferreira da Silva; Darleson Herbeli Silva Soares; Denilton de Araujo da Silva; Islan Jerdson Merces Moreira; Lincoln de Freitas Guedes; Marilia Quemmi Amaral Lobato
Advogados: Cícero Borges Bordalo Junior – OAB/AP nº 152; Herinck Santos de Souza – OAB/AP nº 2840.
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades constatadas na sede da Polícia Técnico-Científica do Amapá - POLITEC. Alegação de emissão de laudos com indícios de falsidade. Alegação de omissão por parte do Parquet estadual.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Amapá

25) Conflito de Atribuição nº 1.00629/2022-90

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República - Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 0152.22.001040-8. Apuração de supostos crimes ambientais, por conta de transporte de areia sem licenciamento ambiental e desmate de área de preservação permanente sem autorização ambiental praticado, em tese, pela pessoa jurídica Areial do Vale. 6ª Promotoria de Justiça de União da Vitória. Procuradoria da República no município de Ponta Grossa.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

26) Proposição nº 1.00630/2022-42

Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

27) Conflito de Atribuição nº 1.00641/2022-40

Requerente:	Procuradoria da República – Amapá
Requerido:	Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Trabalho
Objeto:	Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Amapá. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 1.12.000.000638/2021-15. Representação formulada pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amapá - SINPOL, onde se relata a criação do Sindicato dos Policiais Civis do Ex-Território Federal do Amapá - SINPEXTAP.
Relator:	Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem:	Amapá

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público